

legal alegando questões de consciência. A decisão procedeu de uma ação impetrada por um grupo de profissionais da área médica contra vários artigos de um decreto regulamentando a legislação de 2012 que descriminaliza o aborto e assegura o acesso legal e seguro ao procedimento. A sentença causou dúvidas sobre como o governo garantiria a aplicação efetiva da legislação, a depender do número de profissionais que se recusarem a realizar abortos por motivos de consciência.

O aborto é descriminalizado no Uruguai em todas as circunstâncias nas primeiras 12 semanas de gestação. A descriminalização se estende até a 14ª semana quando a gravidez resultar de estupro, e até o final da gestação quando esta apresentar grave risco à saúde da mulher ou se tratar de malformação fetal incompatível com a vida fora do útero.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Pouco avançaram as investigações sobre os assassinatos de cinco mulheres transexuais ocorridos entre 2011 e 2012.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de Estado e de governo: **Nicolás Maduro Moros**

Jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar ataques e intimidações. Adversários políticos do governo tiveram julgamentos injustos e foram presos. Houve novas denúncias de uso excessivo da força pela polícia e pelas forças de segurança, que resultaram em dezenas de mortes, algumas em circunstâncias que pareciam configurar homicídios ilegais. A maioria dos responsáveis por violações graves dos direitos humanos durante os protestos de 2014 não foi levada à Justiça, e a independência do Judiciário foi motivo de preocupação. Refugiados e requerentes de

asilo colombianos foram deportados, expulsos à força e maltratados. A superlotação e a violência nas prisões persistiram. Sobreviventes de violência motivada por gênero enfrentaram obstáculos significativos para acessar a Justiça.

INFORMAÇÕES GERAIS

Nas eleições parlamentares de dezembro, a Mesa da Unidade Democrática, uma coalizão de partidos opositores, conquistou dois terços das cadeiras.

Em julho, o projeto de um Plano Nacional de Direitos Humanos foi apresentado para consulta com todos os setores da sociedade. O plano incluía propostas de reforma do Judiciário, do sistema prisional e das forças de segurança, bem como de acabar com a discriminação e melhorar os direitos de grupos vulneráveis, como povos indígenas, mulheres, crianças, comunidades afrodescendentes, trabalhadoras domésticas e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI). A consulta ainda estava em andamento no fim do ano.

A decisão tomada pela Venezuela em 2012 de sair da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos continuou a privar de acesso à Justiça as vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares cujos direitos não foram assegurados nos tribunais nacionais.

A interferência no sistema judicial por parte de autoridades dos mais altos escalões do governo pôs em dúvida seu compromisso com a independência do Judiciário e o Estado de direito. Temia-se que o caráter temporário das posições mantidas por mais de 60% dos juizes os deixasse suscetíveis a pressões políticas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em junho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou que a Venezuela restituisse a concessão de transmissão da *Radio Caracas Televisión* (RCTV), que havia sido suspensa em 2007. Até o fim do ano, as autoridades não haviam cumprido a decisão.

Proprietários de órgãos de imprensa e

jornalistas que criticaram as autoridades enfrentaram processos por difamação, ataques e intimidações.¹

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos foram atacados e intimidados.

Tanto o Presidente Maduro quanto o presidente da Assembleia Nacional, entre outros, acusaram nominalmente na televisão alguns defensores de prejudicar a reputação do país e minar o governo. Depois disso, vários defensores dos direitos humanos foram hostilizados. Em março, por exemplo, Marco Antonio Ponce, do Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais, e outros 11 defensores dos direitos humanos que retornavam de uma visita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, onde haviam estado para levar suas preocupações, foram seguidos, fotografados e filmados por homens não identificados no aeroporto de Caracas.²

Em abril, Carlos Lusverti, defensor dos direitos humanos e professor do Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello, foi ferido por um tiro pela segunda vez em 15 meses, no que seria uma tentativa de assalto.

Em outubro, Marino Alvarado Betancourt, do Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea), e seu filho de nove anos foram atacados e roubados por três homens armados em sua residência.³

Em abril, Víctor Martínez, ativista que combate a corrupção e as violações de direitos humanos cometidas pela polícia do estado de Lara, foi ameaçado por dois homens armados, diante de sua casa em Barquisimeto, no estado de Lara. Ao que parece, a ameaça estava ligada a suas críticas à polícia; na época do ataque ele estava sob proteção policial, que afirma ter sido esporádica.⁴

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em janeiro, o ministro da Defesa publicou a Resolução 008610, permitindo que todos os setores das forças armadas fossem destacados para operações de ordem

pública. A resolução permitia também que o uso de armas de fogo fosse autorizado durante o policiamento de manifestações públicas. Porém, não expressava claramente que o uso excessivo da força nessas operações não seria tolerado.

O uso excessivo da força pelas forças de segurança continuou sendo denunciado e resultou na morte de Kluiberth Roa Núñez, de 14 anos, atingido por uma bala de borracha disparada pelas forças de segurança no estado de Táchira, quando ele caminhava próximo a uma manifestação.⁵

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em setembro, Leopoldo López, prisioneiro de consciência e líder do partido opositorista Vontade Popular, foi condenado por associação para o crime, instigação pública, danos à propriedade e incêndio intencional durante os protestos de 2014. Ele foi sentenciado a 13 anos e nove meses de prisão. Não havia provas consistentes que sustentassem as acusações ou as declarações públicas feitas pelas autoridades antes de sua condenação. O fato de o Presidente pedir a prisão de Leopoldo López comprometeu seriamente seu direito a um julgamento justo.⁶

Em janeiro, um juiz determinou que Rosmit Mantilla, ativista pelos direitos LGBTI e membro do Vontade Popular, fosse julgado pelas acusações de instigação pública, incêndio de edifícios públicos e privados e associação para o crime durante os protestos de 2014, apesar da falta de provas consistentes contra ele. No fim do ano, ele continuava em detenção provisória.

Em março, Emilio Baduel Cafarelli e Alexander Tirado Lara foram sentenciados a oito anos de prisão. Eles haviam sido condenados por instigação pública, intimidação pública com artefatos explosivos e conspiração para o crime durante os protestos de 2014. O Ministério Público não apresentou provas que corroborassem as acusações e o juiz desconsiderou provas periciais apontando que nenhum dos dois havia manuseado explosivos ou substâncias

inflamáveis.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em agosto, quase 2.000 cidadãos colombianos, inclusive refugiados e pessoas em busca de asilo, foram deportados num período de poucos dias, sem que tivessem a oportunidade de contestar sua expulsão ou juntar seus pertences. Houve alguns casos em que crianças foram separadas de seus pais. Dezenas de pessoas foram removidos à força ou tiveram suas casas destruídas, sendo que alguns dos detidos sofreram maus-tratos.⁷

As deportações foram uma resposta às mortes de três oficiais e um civil no contexto de operações de segurança e combate ao contrabando. No fim do ano, nove municípios do estado fronteiriço de Táchira permaneciam em estado de emergência, e as fronteiras continuavam fechadas nos estados de Zulia, Táchira e Apure, bem como em partes do Amazonas.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Apesar da indisponibilidade de dados oficiais recentes, o Observatório Venezuelano de Violência informou que o país tinha a segunda maior taxa de homicídios da região.

Em julho, a Operação de Libertação e Proteção do Povo foi posta em prática pelas forças de segurança para enfrentar os níveis elevados de criminalidade. Houve denúncias de possíveis execuções extrajudiciais, uso excessivo da força, prisões arbitrárias e remoções forçadas de pessoas suspeitas de cometer crimes e de suas famílias.

Segundo o Ministério da Justiça, um mês depois do início da operação, 52 civis haviam sido mortos em confrontos armados com as forças de segurança. O alto número de mortes civis, em contraste com a ausência de ferimentos ou fatalidades do lado policial, indicava que as forças de segurança poderiam ter usado força excessiva ou efetuado execuções extrajudiciais.

De acordo com organizações de direitos humanos, 90% das mais de 4.000 pessoas detidas nos primeiros três meses da operação

foram mais tarde liberadas sem acusações, o que indica que muitas prisões foram arbitrárias.

Em agosto, numa comunidade ao sul de Valencia, no estado de Carabobo, as forças de segurança teriam detido todos os homens maiores de 15 anos e demolido todas as casas da comunidade, deixando pelo menos 200 famílias desabrigadas.

IMPUNIDADE

Houve pouco progresso em levar à Justiça os responsáveis pela morte de 43 pessoas, inclusive das forças de segurança, e pelos maus-tratos de manifestantes nos protestos de 2014. Segundo o Ministério Público, 238 investigações foram abertas em fevereiro, mas somente 13 ações foram ajuizadas.

Ninguém foi levado à Justiça para responder pela morte de nove pessoas da família Barrios nem pelas ameaças e intimidações contra outros de seus parentes no estado de Aragua em 1998.⁸

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As prisões continuaram extremamente superlotadas, apesar das várias reformas feitas no sistema desde 2013. Segundo o Observatório Venezuelano de Prisões (OVP), as penitenciárias do país continham um número de reclusos três vezes maior que sua capacidade. Em tal situação, as autoridades penitenciárias não tinham condições de proteger os direitos dos presos, como o direito à saúde e à integridade física. Rebeliões e protestos, inclusive com lesões autoinfligidas, para demandar melhores condições de prisão continuaram comuns. O OVP registrou mais de 1.200 casos de lesões autoinfligidas nos primeiros seis meses do ano. Além disso, no mesmo período, foram registradas 109 mortes de presos e pelo menos 30 ferimentos em consequência da violência dentro dos presídios. O grande número de armas nas unidades de detenção continuou sendo motivo de preocupação.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A aplicação da legislação de 2007 que criminaliza a violência baseada em gênero permaneceu lenta devido à falta de recursos. A assistência jurídica e o acesso à Justiça, bem como outras medidas efetivas de proteção, como abrigos, não haviam se concretizado até o fim do ano.

Estatísticas do Ministério Público indicavam que das mais de 70.000 denúncias de violência motivada por gênero recebidas em 2014 menos de 1% chegou aos tribunais. Segundo organizações de direitos das mulheres, 96% dos casos que chegaram às cortes não resultaram em condenação.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Organizações LGBTI manifestaram preocupação com a discriminação arraigada no país. As denúncias de violência contra pessoas LGBTI eram constantes. Os responsáveis raramente tiveram de prestar contas, pois as denúncias não foram investigadas ou indiciadas.

Não havia na lei qualquer disposição específica criminalizando os crimes de ódio baseados na orientação sexual, tampouco na identidade ou expressão de gênero.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso a métodos contraceptivos, como anticoncepcionais de emergência, era limitado e geralmente disponível apenas a quem pudesse pagar. O aborto era criminalizado em todos os casos, exceto quando a vida da mulher ou da menina corresse risco.

Segundo um relatório de 2015 da Organização Mundial da Saúde, a mortalidade materna havia aumentado para 110 a cada 100.000 nascidos vivos. Esse número era significativamente maior do que a média regional de 63 para cada 100.000 nascidos vivos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Não existia nenhuma disposição legal que garantisse e regulasse a consulta aos povos indígenas sobre questões que afetam seus meios de subsistência. Pessoas que defendem os direitos dos povos indígenas informaram que o direito ao consentimento livre, prévio e informado não foi respeitado pelas autoridades ao conceder licenças para extração de recursos naturais em territórios indígenas.

A lentidão do processo de demarcação dos territórios indígenas, iniciado em 2011, foi considerada preocupante. No fim do ano, calculava-se que apenas 12% dos territórios indígenas haviam sido demarcados.

-
1. Venezuela: Journalist beaten and threatened: Horacio Giusti ([AMR 53/1714/2015](#))
 2. Venezuela: Human rights in Venezuela before the United Nations Human Rights Committee ([AMR 53/1942/2015](#))
 3. Venezuela: Armed assault against human rights defender must be thoroughly investigated ([News story](#), 2 October)
 4. Venezuela: Human rights defender attacked again: Victor Martínez ([AMR 53/1450/2015](#))
 5. Venezuela: The faces of impunity: a year after the protests, victims still await justice ([AMR 53/1239/2015](#))
 6. Venezuela: Opposition leader sentenced unjustly: Leopoldo López ([AMR 53/2449/2015](#))
 7. Venezuela: Concerns over grave human rights violations on the border with Colombia ([AMR 53/2329/2015](#))
 8. Venezuela Submission to the United Nations Human Rights Committee 114th Session, 29 June - 24 July 2015 ([AMR 53/1769/2015](#))